

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	22
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	23
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
Notas Explicativas	29
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	86
Proposta de Orçamento de Capital	87
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	93

Pareceres e Declarações

Índice

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	94
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	99
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	100
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	166.110.342
Preferenciais	0
Total	166.110.342
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.991.171
Preferenciais	0
Total	1.991.171

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2017	Ordinária		0,06095
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	27/12/2017	Ordinária		0,04265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.203.637	1.180.804	690.966
1.01	Ativo Circulante	17.159	50.164	25.700
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33	52	116
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.891	31.261	8.021
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.891	31.261	8.021
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	6.891	31.261	8.021
1.01.03	Contas a Receber	2.877	11.343	11.201
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.877	11.343	11.201
1.01.03.02.02	Empréstimos a Partes Relacionadas	2.877	11.343	11.201
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.330	7.473	6.225
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.330	7.473	6.225
1.01.07	Despesas Antecipadas	28	35	137
1.02	Ativo Não Circulante	1.186.478	1.130.640	665.266
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.157	6.920	13.862
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.157	4.108	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.157	4.108	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.812	13.862
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	2.812	13.862
1.02.02	Investimentos	1.182.321	1.123.720	651.404
1.02.02.01	Participações Societárias	1.182.321	1.123.720	651.404
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.182.321	1.123.720	651.404

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.203.637	1.180.804	690.966
2.01	Passivo Circulante	33.117	24.714	11.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	292	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	292	0	0
2.01.02	Fornecedores	7	22	14
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7	22	14
2.01.03	Obrigações Fiscais	743	165	661
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	743	165	661
2.01.03.01.02	Outras Obrigações fiscais Federais	743	165	661
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.852	11.294	11.170
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.852	11.294	11.170
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.852	11.294	11.170
2.01.05	Outras Obrigações	29.223	13.233	20
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	108	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	108	0
2.01.05.02	Outros	29.223	13.125	20
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	20
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	1.125	0
2.01.05.02.06	Antecipação de Dividendos	4.223	12.000	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a pagar	25.000	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	2.812	13.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.812	13.862
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.812	13.862
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	2.812	13.862
2.03	Patrimônio Líquido	1.170.520	1.153.278	665.239
2.03.01	Capital Social Realizado	486.032	480.808	352.501
2.03.02	Reservas de Capital	479.809	512.303	195.947
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	539.569	539.571	214.131

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.548	9.741	6.508
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.887	0	0
2.03.02.07	Gastos na emissão de ações	-37.421	-37.009	-24.692
2.03.04	Reservas de Lucros	204.679	160.167	116.791
2.03.04.01	Reserva Legal	7.037	7.037	7.037
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	178.853	134.255	101.754
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	18.789	18.875	8.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	66.067	63.840	53.810
3.04.01	Despesas com Vendas	-5	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.467	-208	-124
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-35	0
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-2	-35	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.541	64.083	53.934
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	66.067	63.840	53.810
3.06	Resultado Financeiro	18.644	6.898	10.428
3.06.01	Receitas Financeiras	19.527	9.278	12.571
3.06.02	Despesas Financeiras	-883	-2.380	-2.143
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	84.711	70.738	64.238
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	134	-2.237	-420
3.08.01	Corrente	84	0	-279
3.08.02	Diferido	50	-2.237	-141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.845	68.501	63.818
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.845	68.501	63.818
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,5177	0,459	0,4546
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,515	0,4573	0,4537

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	84.845	68.501	63.818
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-247	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	84.598	68.501	63.818

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.570	-2.601	-1.183
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.579	-1.057	-1.513
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	84.845	68.501	63.818
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-67.541	-64.083	-53.934
6.01.01.09	Impostos Diferido	-50	2.237	141
6.01.01.10	Impostos Correntes	-84	0	279
6.01.01.12	Rendimento Aplicação Financeira	-1.591	-7.712	-11.817
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	37.991	-1.544	330
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	143	-1.249	1.587
6.01.02.04	Outros Créditos e Depósitos Judiciais	12.004	192	700
6.01.02.05	Fornecedores	-14	9	-391
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas	292	0	0
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	662	0	-1.566
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	24.904	-496	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24.461	-408.528	38.107
6.02.06	Aplicações Financeiras	-41.557	-438.831	-11.790
6.02.07	Antecipação de dividendos recebidos	0	12.000	0
6.02.10	Aumento de Capital em Controladas	-1.500	-405.000	-124.000
6.02.11	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	0	23.400
6.02.12	Resgate de juros e de aplicação financeira	67.518	423.303	150.497
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-78.050	411.065	-36.841
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-11.314	0	0
6.03.03	Encargos Financeiros Pagos	-659	0	0
6.03.05	Dividendos Pagos	-20.000	-24.000	-14.700
6.03.06	Aporte de Capital de Acionistas	5.224	128.307	1.839
6.03.07	Gasto com emissão de ações	-414	-18.662	0
6.03.08	Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-17.000	-20	-23.980
6.03.11	Ágio na subscrição de ações	-33.887	325.440	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19	-64	83
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52	116	33
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33	52	116

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	480.808	512.303	141.292	0	0	1.134.403
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	480.808	512.303	141.292	0	0	1.134.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.224	-32.494	63.634	-84.845	0	-48.481
5.04.01	Aumentos de Capital	5.224	0	0	0	0	5.224
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	1.393	0	0	0	1.393
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-33.887	0	0	0	-33.887
5.04.06	Dividendos	0	0	18.789	-23.000	0	-4.211
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	44.845	-61.845	0	-17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.845	-247	84.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.845	0	84.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-247	-247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	486.032	479.809	204.926	0	-247	1.170.520

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	128.307	316.356	10.875	-36.000	0	419.538
5.04.01	Aumentos de Capital	128.307	325.440	0	0	0	453.747
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-12.317	0	0	0	-12.317
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.233	0	0	0	3.233
5.04.06	Dividendos	0	0	10.875	-36.000	0	-25.125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.501	0	68.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.501	0	68.501
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.501	-32.501	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	32.501	-32.501	0	0
5.07	Saldos Finais	480.808	512.303	160.167	0	0	1.153.278

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.839	2.603	-13.199	-24.000	0	-32.757
5.04.01	Aumentos de Capital	1.839	0	0	0	0	1.839
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.603	0	0	0	2.603
5.04.06	Dividendos	0	0	-13.199	0	0	-13.199
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.000	0	-24.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.818	0	63.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.818	0	63.818
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.818	-31.818	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.818	-31.818	0	0
5.07	Saldos Finais	352.501	195.947	108.791	8.000	0	665.239

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-196	-125	-45
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-196	-125	-45
7.03	Valor Adicionado Bruto	-196	-125	-45
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-196	-125	-45
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.068	73.812	66.505
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.541	64.083	53.934
7.06.02	Receitas Financeiras	19.527	9.729	12.571
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.872	73.687	66.460
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.872	73.687	66.460
7.08.01	Pessoal	1.278	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.278	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-134	2.806	499
7.08.02.01	Federais	-134	2.806	499
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	883	2.380	2.143
7.08.03.01	Juros	883	2.380	2.143
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.845	68.501	63.818
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.000	36.000	32.000
7.08.04.02	Dividendos	4.211	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.634	32.501	31.818

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.564.024	1.483.372	996.087
1.01	Ativo Circulante	720.084	795.619	373.304
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.918	7.227	14.790
1.01.02	Aplicações Financeiras	487.816	639.185	229.091
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	487.816	639.185	229.091
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	487.816	639.185	229.091
1.01.03	Contas a Receber	128.177	107.290	91.690
1.01.03.01	Clientes	128.177	107.290	91.690
1.01.03.01.01	Clientes	128.177	107.290	91.690
1.01.04	Estoques	140	169	29
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.054	29.687	25.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.054	29.687	25.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	4.218	2.405
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.979	7.843	9.689
1.01.08.03	Outros	27.979	7.843	9.689
1.02	Ativo Não Circulante	843.940	687.753	622.783
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.699	35.853	3.531
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	20.990	19.036	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	20.990	19.036	0
1.02.01.03	Contas a Receber	4.437	12.649	3.314
1.02.01.03.01	Clientes	2.952	1.774	2.778
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.485	10.875	536
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.272	4.168	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.272	4.168	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	217
1.02.03	Imobilizado	62.332	51.258	47.691
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62.332	51.258	47.691
1.02.04	Intangível	751.909	600.642	571.561

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.04.01	Intangíveis	229.665	195.541	197.824
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	229.665	195.541	197.824
1.02.04.02	Goodwill	522.244	405.101	373.737
1.02.04.02.01	Ágio	522.244	405.101	373.737

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.564.024	1.483.372	996.087
2.01	Passivo Circulante	169.238	117.122	98.866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.869	31.204	28.790
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.869	31.204	28.790
2.01.02	Fornecedores	8.518	6.254	6.454
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.518	6.254	6.454
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.679	9.246	6.892
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.280	8.048	5.885
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	485	2.878	600
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.795	5.170	5.285
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	2	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.391	1.196	1.005
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	31.783	34.499	11.917
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.783	34.499	11.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.783	34.499	11.917
2.01.05	Outras Obrigações	76.389	35.919	44.813
2.01.05.02	Outros	76.389	35.919	44.813
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	20
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	1.125	0
2.01.05.02.04	Receita Diferida	8.478	7.176	10.593
2.01.05.02.05	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	56.087	23.508	28.335
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	7.613	4.110	5.865
2.01.05.02.07	Antecipação de Dividendos	4.211	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	224.266	212.972	231.982
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	65.505	96.268	116.421
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	65.505	96.268	116.421
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	65.505	96.268	116.421
2.02.02	Outras Obrigações	75.661	59.535	70.018

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02	Outros	75.661	59.535	70.018
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	981	2.449	2.782
2.02.02.02.04	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	74.680	57.086	67.236
2.02.03	Tributos Diferidos	80.324	57.169	45.543
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.324	57.169	45.543
2.02.04	Provisões	2.776	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.776	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.339	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	344	0	0
2.02.04.01.05	Provisão Tributárias	1.093	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.170.520	1.153.278	665.239
2.03.01	Capital Social Realizado	486.032	480.808	352.501
2.03.02	Reservas de Capital	479.809	512.303	195.947
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	539.571	539.571	214.131
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.547	9.741	6.508
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.887	0	0
2.03.02.07	Gastos na Emissão de Ações	-37.422	-37.009	-24.692
2.03.04	Reservas de Lucros	204.679	160.167	116.791
2.03.04.01	Reserva Legal	7.037	7.037	7.037
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	178.853	134.255	101.754
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	18.789	18.875	8.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	571.590	494.583	449.183
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.873	-147.364	-128.267
3.03	Resultado Bruto	402.717	347.219	320.916
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-328.349	-279.043	-251.155
3.04.01	Despesas com Vendas	-72.393	-62.453	-54.768
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-190.870	-152.350	-134.784
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.311	1.216	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-69.397	-65.456	-61.603
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-64.280	-59.894	-57.818
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-5.117	-5.562	-3.785
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.368	68.176	69.761
3.06	Resultado Financeiro	34.393	24.723	11.605
3.06.01	Receitas Financeiras	58.421	49.467	31.865
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.028	-24.744	-20.260
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	108.761	92.899	81.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.916	-24.398	-17.548
3.08.01	Corrente	-9.217	-10.595	-5.052
3.08.02	Diferido	-14.699	-13.803	-12.496
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.845	68.501	63.818
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	84.845	68.501	63.818
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	84.845	68.501	63.818
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,5177	0,459	0,4546
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,515	0,4573	0,4537

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	84.845	68.501	63.818
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-247	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	84.598	68.501	63.818
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	84.598	68.501	63.818

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	108.736	82.138	81.536
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	137.365	123.750	117.990
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	84.845	68.501	63.818
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	69.983	56.316	51.869
6.01.01.05	Resultado na Venda de Imobilizados e Intangíveis	0	285	813
6.01.01.08	Encargos Financeiros	11.720	16.429	13.846
6.01.01.09	Impostos Diferidos	14.699	13.803	12.496
6.01.01.10	Impostos Correntes	0	10.595	5.052
6.01.01.11	Plano de Opção de Compra de Ações	1.807	3.233	2.603
6.01.01.12	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.432	381	-670
6.01.01.13	Rendimento aplicação financeira	-56.781	-45.793	-31.837
6.01.01.14	Outros	9.660	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.629	-41.612	-36.454
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-14.507	-14.481	-18.547
6.01.02.02	Estoques	29	-63	134
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-5.181	-3.486	-3.429
6.01.02.04	Outros Créditos e Depósitos Judiciais	-6.254	-9.755	-3.486
6.01.02.05	Fornecedores	-2.841	-533	-1.289
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas	7.665	1.346	-233
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	6.826	-633	-2.247
6.01.02.08	Receita Diferida	1.302	-3.417	-1.841
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-5.872	-2.213	-1.416
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-9.796	-8.377	-4.100
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	55.795	-459.320	-64.415
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-25.151	-12.279	-13.268
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-40.394	-35.507	-27.037
6.02.04	Aquisição de Empresa Menos Caixa Líquido	-84.857	-28.197	-64.492
6.02.06	Aplicações Financeiras	-478.956	-1.157.186	-247.440

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.12	Resgate de juros e de aplicação financeira	685.153	773.849	287.822
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-128.840	369.619	-19.704
6.03.01	Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	0	10.000	68.426
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-33.959	-11.184	-13.616
6.03.03	Encargos Financeiros Pagos	-9.480	-14.075	-8.463
6.03.04	Pagamentos de Aquisição de Controladas	-19.324	-26.187	-28.574
6.03.05	Dividendos Pagos	-20.000	-24.000	-13.835
6.03.06	Aporte de Capital de Acionistas	5.224	128.307	1.839
6.03.07	Gasto com emissão de ações	-414	-18.662	0
6.03.08	Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-17.000	-20	-25.481
6.03.11	Ágio na subscrição de ações	-33.887	325.440	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.691	-7.563	-2.583
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.227	14.790	17.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.918	7.227	14.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	480.808	512.303	141.292	0	0	1.134.403	0	1.134.403
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	480.808	512.303	141.292	0	0	1.134.403	0	1.134.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.224	-32.494	63.634	-84.845	0	-48.481	0	-48.481
5.04.01	Aumentos de Capital	5.224	0	0	0	0	5.224	0	5.224
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	1.393	0	0	0	1.393	0	1.393
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-33.887	0	0	0	-33.887	0	-33.887
5.04.06	Dividendos	0	0	18.789	-23.000	0	-4.211	0	-4.211
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	44.845	-61.845	0	-17.000	0	-17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.845	-247	84.598	0	84.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.845	0	84.845	0	84.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-247	-247	0	-247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	486.032	479.809	204.926	0	-247	1.170.520	0	1.170.520

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239	0	665.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239	0	665.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	128.307	316.356	10.875	-36.000	0	419.538	0	419.538
5.04.01	Aumentos de Capital	128.307	325.440	0	0	0	453.747	0	453.747
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-12.317	0	0	0	-12.317	0	-12.317
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.233	0	0	0	3.233	0	3.233
5.04.06	Dividendos	0	0	10.875	-36.000	0	-25.125	0	-25.125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.501	0	68.501	0	68.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.501	0	68.501	0	68.501
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.501	-32.501	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	32.501	-32.501	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	480.808	512.303	160.167	0	0	1.153.278	0	1.153.278

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178	0	634.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178	0	634.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.839	2.603	-13.199	-24.000	0	-32.757	0	-32.757
5.04.01	Aumentos de Capital	1.839	0	0	0	0	1.839	0	1.839
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.603	0	0	0	2.603	0	2.603
5.04.06	Dividendos	0	0	-13.199	0	0	-13.199	0	-13.199
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.000	0	-24.000	0	-24.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.818	0	63.818	0	63.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.818	0	63.818	0	63.818
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.818	-31.818	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.818	-31.818	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	352.501	195.947	108.791	8.000	0	665.239	0	665.239

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	644.154	553.132	493.742
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	638.411	551.184	489.417
7.01.02	Outras Receitas	4.311	1.591	3.655
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.432	357	670
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.006	-110.710	-96.496
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.232	-35.677	-29.222
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.477	-69.088	-62.489
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.297	-5.945	-4.785
7.03	Valor Adicionado Bruto	496.148	442.422	397.246
7.04	Retenções	-69.983	-56.316	-51.869
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.983	-56.316	-51.869
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	426.165	386.106	345.377
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.421	49.919	31.865
7.06.02	Receitas Financeiras	58.421	49.919	31.865
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	484.586	436.025	377.242
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	484.586	436.025	377.242
7.08.01	Pessoal	272.017	234.233	209.234
7.08.01.01	Remuneração Direta	220.272	186.886	170.245
7.08.01.02	Benefícios	31.750	28.335	23.107
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.995	19.012	15.882
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	91.454	99.072	74.000
7.08.02.01	Federais	71.579	81.653	58.598
7.08.02.02	Estaduais	3.957	3.574	3.065
7.08.02.03	Municipais	15.918	13.845	12.337
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.270	34.219	30.190
7.08.03.01	Juros	24.028	24.744	20.260
7.08.03.02	Aluguéis	12.242	9.475	9.930
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.845	68.501	63.818

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.000	0	32.000
7.08.04.02	Dividendos	4.211	36.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.634	32.501	31.818

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. ("Linx", "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 ("4º trimestre de 2016", "4T16") e 31 de dezembro de 2017 ("4º trimestre de 2017", "4T17").

A Linx, presente no mercado há mais de 30 anos, é líder em tecnologias para o varejo, utilizando a nuvem, big data, inteligência, entre outras inovações, para criar um amplo portfólio de soluções transacionais e de performance, que incluem softwares de gestão do ponto de venda (POS) e "enterprise resource planning" (ERP), meio de pagamentos, NFC-e (cupom fiscal eletrônico), e-commerce, aplicações de mobilidade, inteligência de varejo, entre muitas outras.

Desempenho Operacional e Financeiro

No 4T17, a receita recorrente atingiu R\$147,6 milhões, com crescimento de 16,8% sobre o 4T16 e de 8,8% sobre o 3T17, representando 81% da receita operacional bruta. Este crescimento demonstra a resiliência do modelo de negócios baseado em receitas recorrentes, cross-sell, "lock-in" da base de clientes e a diversificação de verticais, geografias e portfólio.

Neste 4º trimestre percebemos um ambiente de negócios mais positivo nas diferentes verticais do varejo que atuamos, contribuindo para manter o crescimento da Companhia, apesar do IGPM acumulado negativo ao longo do período. O cross-sell ainda segue como principal driver de crescimento orgânico, com destaque para as ofertas de meios de pagamento e NFC-e (cupom fiscal eletrônico) que aumentaram sua penetração na base de clientes. Adicionalmente, contribuíram para esse crescimento, as diversas novas iniciativas que a Linx tem desenvolvido relacionadas à recém-criada área de Novos Mercados e ao *Omnichannel*. São exemplos disso a operação de Inteligência do Varejo, que está em fase piloto em duas relevantes indústrias multinacionais de bens de consumo e a solução de OMS (*Order Management System*), que já está em operação em dois importantes varejistas nacionais. É importante ressaltar que começamos a consolidar os resultados da ShopBack a partir de Novembro de 2017.

A receita de serviços atingiu R\$34,5 milhões no trimestre, 42,5% maior que no 4T16. Esta evolução é explicada principalmente pela consolidação da Synthesis em Agosto de 2017, que além do foco em grandes contas, tem um ritmo de crescimento maior, o que gera um percentual de receita de projetos (não-recorrente) muito mais alto que a média da Linx. Em relação ao 3T17, a receita de serviços cresceu 14,6%, refletindo o efeito sazonal na abertura de lojas no último trimestre, devido à proximidade com o Natal. Mesmo com essas evoluções, reforçamos que é estratégia da Linx simplificar e acelerar os processos de implantação, customização e treinamento em seus clientes, reduzindo assim a necessidade de serviços e tornando as soluções mais acessíveis. A migração para a nuvem segue um fator fundamental neste movimento. Atualmente, praticamente 45% da receita recorrente já vem de ofertas totalmente em nuvem. Em 2013, este percentual era de 30%.

A combinação das receitas recorrente e de serviços se traduz na receita operacional bruta (ROB). No 4T17, ela foi de R\$182,1 milhões, um aumento de 21,0% sobre o 4T16. No ano o crescimento da ROB foi de 15,3%.

A receita operacional líquida (ROL) atingiu R\$157,4 milhões no 4T17, apresentando um aumento de 19,3% em relação aos R\$132,0 milhões do 4T16. Na comparação com 2016, a ROL de 2017 apresentou uma evolução de 15,3%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 5.1: EBITDA								
(R\$ mil)	4T17	4T16	Δ%	3T17	Δ%	2017	2016	Δ%
Receita operacional líquida	157.437	131.994	19,3%	144.638	8,8%	571.590	494.582	15,6%
Custos dos serviços prestados	(45.149)	(40.170)	12,4%	(42.335)	6,6%	(168.873)	(147.364)	14,6%
Lucro bruto	112.288	91.824	22,3%	102.303	9,8%	402.717	347.218	16,0%
Despesas operacionais	(89.726)	(76.598)	17,1%	(81.841)	9,6%	(328.349)	(279.043)	17,7%
Gerais e administrativas	(51.389)	(42.958)	19,6%	(46.289)	11,0%	(190.870)	(152.350)	25,3%
Vendas e marketing	(20.663)	(16.539)	24,9%	(18.264)	13,1%	(72.393)	(62.453)	15,9%
Pesquisa e desenvolvimento	(16.874)	(15.498)	8,9%	(16.855)	0,1%	(64.280)	(59.894)	7,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(800)	(1.603)	-50,1%	(433)	84,8%	(806)	(4.346)	-81,5%
EBIT	22.562	15.226	48,2%	20.462	10,3%	74.368	68.175	9,1%
Depreciação e amortização	17.880	15.279	17,0%	15.726	13,7%	69.983	56.316	24,3%
EBITDA	40.442	30.505	32,6%	36.188	11,8%	144.351	124.491	16,0%
Margem EBITDA	25,7%	23,1%	260 bps	25,0%	70 bps	25,3%	25,2%	10 bps

Tabela 5.2: EBITDA ajustado								
(R\$ mil)	4T17	4T16	Δ%	3T17	Δ%	2017	2016	Δ%
EBITDA	40.442	30.505	32,6%	36.188	11,8%	144.351	124.491	16,0%
Reversão parcial de earn-outs	(1.134)	-	n.a.	-	n.a.	(3.243)	(1.125)	188,3%
Reestruturação organizacional	-	3.125	n.a.	-	n.a.	-	3.125	n.a.
Despesas com mudança das filiais de SP e Recife	-	-	n.a.	330	n.a.	2.391	-	n.a.
EBITDA ajustado	39.308	33.630	16,9%	36.518	7,6%	143.499	126.491	13,4%
Margem EBITDA ajustada	25,0%	25,5%	-50 bps	25,2%	-20 bps	25,1%	25,6%	-50 bps

O EBITDA atingiu R\$40,4 milhões no 4T17, um aumento de 32,6% em comparação aos R\$30,5 milhões do 4T16. Em comparação ao 3T17, o EBITDA foi 11,8% maior. A margem EBITDA do 4T17 foi de 25,7%, um aumento de 260 bps em relação a margem EBITDA do 4T16 e 70 bps maior que o 3T17.

Neste trimestre tivemos uma reversão parcial de earn-outs não atingidos integralmente da Intercamp e Neemu, no valor total de R\$1,1 milhão. Desta forma, o EBITDA ajustado atingiu R\$39,3 milhões no 4T17, +16,9% em comparação ao 4T16 e +7,6% em relação ao 3T17.

A margem EBITDA ajustada foi de 25,0% no trimestre, 50 bps abaixo do 4T16 e 20 bps menor em relação ao 3T17. Essas reduções são reflexo: (i) do dissídio nas filiais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; (ii) provisionamento de bônus da administração e PLR da Companhia; e (iii) consolidação dos resultados da ShopBack, adquirida em Outubro de 2017.

No ano de 2017, o EBITDA ajustado registrou um aumento de 13,4% em relação a 2016, com margem EBITDA ajustada de 25,1%, em face da aceleração do crescimento da receita.

O lucro líquido ajustado foi de R\$15,9 milhões no 4T17, uma queda de 24,5% em comparação aos R\$21,1 milhões do 4T16 e uma redução de 20,3% em relação ao 3T17.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

As demonstrações contábeis da Companhia e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Das Nações Unidas, 7221, 7º Andar, São Paulo - Capital, a Linx S.A. ("Companhia" ou "Linx") fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service) e oferece soluções de conectividade, TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce e CRM (Customer Relationship Management) para o setor varejista no Brasil. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

A Linx abriu seu capital em 08 de fevereiro de 2013 e tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da BM&F Bovespa e são negociadas sob o código LINX3.

2. Restruturação societária

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação do acervo líquido da Linx Gerenciamento de Redes Ltda. pela controlada da Companhia Linx Sistema e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor do acervo líquido da Linx Redes Ltda. a valor contábil em 30 de abril de 2017:

Notas Explicativas

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	334	Fornecedores	248
Aplicações financeiras	39.526	Empréstimos e financiamentos	441
Contas a receber de clientes	12.201	Obrigações trabalhistas	1.532
Impostos a recuperar	443	Impostos e contribuições a recolher	338
Empréstimos a partes relacionadas	39	Imposto de renda e contribuição social	732
Outros créditos	4.184	Outras contas a pagar	337
	<u>56.727</u>		<u>3.628</u>
Não circulante		Não circulante	
Contas a receber de clientes	206		
Outros créditos	8		
	<u>214</u>		
Investimentos	-	Patrimônio líquido	
		Capital social	2.010
Imobilizado	7.413	Reservas de capital	-
		Reservas de lucros	59.052
Intangível	336	Dividendos adicionais propostos	
	<u>7.963</u>		<u>61.062</u>
	<u>64.690</u>		<u>64.690</u>

O acervo líquido da controlada Linx Gerenciamento de Redes Ltda., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade na data base de 30 de abril de 2017. A incorporação da Linx Gerenciamento de Redes Ltda. não acarretou em aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

3. Combinação de negócios

3.1. Aquisição do Grupo Synthesis

Em 11 de julho de 2017, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistemas e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Synthesis Holding LLC e Synthesis Information Technology S.R.L ("Grupo Synthesis" ou adquiridas) que atua no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de pontos de venda (POS), soluções para meios de pagamento eletrônico (TEF) e motor de promoções para grandes cadeias de varejistas nos principais mercados da América Latina.

Em 18 de agosto de 2017, a transação foi concluída sendo transferido o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de US\$ 25.800.000 (vinte e cinco milhões e oitocentos mil dólares), ou aproximadamente R\$ 81.667.320 (oitenta e um milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte reais) a serem pagos da seguinte forma:

O valor de US\$ 13.055.000 (treze milhões e cinquenta e cinco mil dólares), equivalentes a R\$ 41.324.297 (quarenta e um milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais) aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles; que foram pagos à vista em 21 de agosto de 2017;

Notas Explicativas

O valor de US\$ 3.245.000 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil dólares), equivalentes a R\$ 10.271.723 (dez milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três reais) aos acionistas originais, a serem distribuídos até 60 meses conforme contrato de compra e venda;

O valor de US\$ 2.000.000 (dois milhões de dólares) equivalentes a R\$ 6.330.800 (seis milhões, trezentos e trinta mil e oitocentos reais) caso o Grupo Synthesis atinja meta de faturamento no ano 1 conforme contrato de compra e venda;

O valor de US\$ 3.000.000 (três milhões de dólares) equivalentes a R\$ 9.496.200 (nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e duzentos reais) caso o Grupo Synthesis atinja meta de faturamento no ano 2 conforme contrato de compra e venda;

O valor de US\$ 4.000.000 (quatro milhões de dólares) equivalentes a R\$ 12.661.600 (doze milhões, seiscentos e sessenta e um mil e seiscentos reais) caso o Grupo Synthesis atinja meta de faturamento no ano 3 conforme contrato de compra e venda;

O valor de até US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) equivalentes a R\$ 1.582.700 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil e setecentos reais) a serem pagos aos acionistas originais mediante o cumprimento de metas de projetos estabelecidos conforme contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 18 de agosto de 2017, a Companhia passou a ser a controladora indireta do grupo Synthesis, obtendo 100% do capital votante.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista (*)	41.324
Valor justo da parcela contingente (Earn-out)	40.343
Total da contraprestação	81.667

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Caixa líquido adquirido da controlada (*)	3.827
Fluxo de saída de caixa líquido	3.827

(*) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento

3.2. Aquisição da Sback

Em 18 de outubro de 2017 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Sback Tecnologia da Informação Ltda. ("Sback" ou adquirida) que atua utilizando a plataforma cloud líder em tecnologias de retenção, reengajamento e recaptura através de Big Data e Inteligência para engajamento.

Em 18 de outubro de 2017 a transação foi concluída sendo transferida o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de R\$ 56.558.000 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil reais), a serem pagos da seguinte forma:

Notas Explicativas

O valor de R\$ 36.500.000 (trinta e seis milhões e quinhentos mil reais) aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles; que foram pagos à vista em 18 de outubro de 2017.

O valor de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) aos acionistas originais, a serem distribuídos até 90 dias conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), serão retidos pela Companhia para composição da parcela retida (prevista no contrato de compra e venda), devendo ser pagos em 2 (duas) parcelas de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) cada, sendo que a primeira em 30 meses a contar da data de fechamento e a segunda será devida em 60 meses a contar da data de fechamento.

O valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), aos acionistas originais, a serem distribuídos até 60 meses e atualizado pelo IPC-A (IBGE) até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais) caso a Sback atinja meta de crescimento de receita bruta no ano 2 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais) caso a Sback atinja meta de crescimento de receita bruta no ano 3 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 1.558.000 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil reais) a serem pagos aos acionistas originais distribuídos em 24 parcelas mensais, sendo a primeira devida em 30 de outubro de 2017 conforme contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 18 de outubro de 2017, a Companhia passou a ser a controladora indireta da Sback, obtendo 100% do capital votante.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista (*)	36.500
Valor justo da parcela contingente (Earn-out)	20.058
Total da contraprestação	56.558

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Caixa líquido adquirido da controlada (*)	-
Fluxo de saída de caixa líquido	-

(*) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento

3.3. Aquisição da Percycle

Em 20 de dezembro de 2017 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Percycle Serviços Ltda. ("Percycle" ou adquirida) que atua na plataforma líder em mídia online nativa, unindo lojistas, marcas e consumidores.

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2017 a transação foi concluída sendo transferida o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de R\$ 22.730.000 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta mil reais), a serem pagos da seguinte forma:

O valor de R\$ 10.750.000 (dez milhões, setecentos e cinquenta mil reais) aos acionistas originais, a serem pagos conforme contrato de compra e venda que foram pagos à vista em 20 de dezembro de 2017;

O valor de R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais), aos acionistas originais, a serem distribuídos até 60 dias conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta mil reais), aos acionistas originais, a serem distribuídos até 90 dias conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), aos acionistas originais, a serem distribuídos até 30 meses e atualizado pelo IPC-A (IBGE) até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), aos acionistas originais, a serem distribuídos até 60 meses e atualizado pelo IPC-A (IBGE) até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) caso a Percycle atinja meta de EBITDA no ano 1 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais) caso a Percycle atinja meta de transferência dos empregados para São Paulo no ano 1 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) caso a Percycle atinja meta de EBITDA no ano 2 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) caso a Percycle atinja meta de EBITDA no ano 3 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais), caso a Percycle atinja meta de concentração de faturamento de clientes (nenhum cliente represente mais de 30%) no ano 3 conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 780.000 (setecentos e oitenta mil reais) a serem pagos aos acionistas originais distribuídos em 24 parcelas mensais, sendo a primeira devida em 18 de janeiro de 2018 conforme contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 20 de dezembro de 2017, a Companhia passou a ser a controladora indireta da Percycle, obtendo 100% do capital votante.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista (*)	10.750
Valor justo da parcela contingente (Earn-out)	11.980

Notas Explicativas

Total da contraprestação **22.730**

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Caixa líquido adquirido da controlada (*)	20
Fluxo de saída de caixa líquido	20

(*) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento

3.4. Ativos identificáveis adquiridos e Goodwill

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos nas combinações de negócios foram mensurados e reconhecidos na data da conclusão da transação:

Valor justo reconhecido na aquisição:	Synthesis	Shopback	Percycle
Ativo circulante	10.742	1.162	3.361
Caixa e equivalentes de caixa	3.827	-	20
Contas a receber	5.104	1.128	3.339
Outros ativos circulantes	1.811	34	2
Ativo não circulante	36.592	17.693	6.949
Software (*)	8.230	11.357	4.546
Carteira de clientes (*)	16.335	6.331	2.273
Ativo de indenização (**)	10.751	-	-
Outros ativos não circulantes	1.276	5	130
Passivo circulante	29.020	1.239	2.875
Fornecedores	1.574	72	2.390
Obrigações fiscais	1.446	1.102	222
Provisões para Contingências	12.937		
Tributos diferidos passivo	8.352		
Outras Obrigações a pagar	4.711	65	263
Passivo não circulante	-	-	616
Outras Obrigações a pagar	-	-	616
 Valor justo dos ativos adquiridos	 47.334	 18.855	 10.310
Valor justo dos passivos assumidos	29.020	1.239	3.491
Total dos ativos identificáveis líquidos	18.314	17.616	6.819
 Preço de aquisição	 81.667	 55.307	 22.730
 Ágio na operação	 (63.353)	 (37.691)	 (15.911)

(*) Valor da mais-valia dos ativos identificáveis.

(**) Ativo por indenização reconhecido pela Companhia pelo direito de receber dos antigos proprietários da Synthesis.

Notas Explicativas

3.5. Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes das empresas adquiridas é de R\$ 9.571. O valor bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 9.649. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 116.955 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros (com exceção da Synthesis).

Desde a data da aquisição, as empresas adquiridas contribuíram para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 22.601 e lucro antes dos impostos de R\$ 9.857.

Na data da conclusão da elaboração destas informações anuais consolidadas, a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos das empresas adquiridas. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

4. Base de preparação

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem à utilizadas pela administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Conselho em 19 de fevereiro de 2018.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, quando aplicável.

4.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

4.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são convertidas para o real na data do fechamento.

Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

Notas Explicativas

- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas"): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria e treinamento.

Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecomunicações"): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet.

Notas Explicativas

É controladora indireta das seguintes Empresas:

Chaordic Corporation (“Chaordic”): atuante na prestação de serviços online, com foco em ferramentas de “busca e recomendação” para “e-commerce”.

Synthesis Information Technology S.R.L. (“Synthesis”): atuante no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de ponto de venda (POS), soluções para meios de pagamento eletrônico (TEF) e motor de promoções para grandes cadeias varejistas nos principais mercados da América Latina.

Sback Tecnologia da Informação Ltda. (“Sback”): atuante na plataforma cloud líder em tecnologias de retenção, reengajamento e recaptura através de Big Data e Inteligência para engajamento.

Percycle Serviços Ltda. (“Percycle”): atuante na plataforma líder em mídia online nativa, unindo lojistas, marcas e consumidores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas a seguir relacionados:

	Porcentagem de participação	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Gerenciamento de Redes Ltda. (*)	-	99,99%
(*) Controladas Indiretas		
Chaordic Corporation	100,00%	100,00%
Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A. (*)	-	100,00%
Synthesis Holding LLC (**)	100,00%	-
Synthesis Information Technology S.R.L. (**)	100,00%	-
Sback Tecnologia da Informação Ltda. (**)	100,00%	-
Percycle Serviços Ltda. (**)	100,00%	-

(*) Empresas incorporadas pela Linx Sistemas durante o exercício de 2017

(**) Empresas adquiridas pela Linx Sistemas durante o exercício de 2017

5.2. Combinações de negócios

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias

Notas Explicativas

econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado.

A Companhia mensura o ágio como o excede da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

5.3. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

5.4. Instrumentos financeiros

5.4.1. Ativos financeiros não derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito

Notas Explicativas

legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.4.2. Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

a. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos, ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

5.4.3. Passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento, baixa e mensuração

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, exceto a contraprestação contingente por aquisição de controladas que é mensurada ao valor justo.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar.

Notas Explicativas

5.4.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

5.4.5. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

5.5. Imobilizado

5.5.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

5.5.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

5.5.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva.

5.6. Ativos intangíveis e ágio

5.6.1. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial.

5.6.2. Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

5.6.3. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os

Notas Explicativas

outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.7. Redução ao valor recuperável (Impairment)

5.7.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo Linx em condições que o Grupo Linx não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento

Notas Explicativas

subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

5.7.2. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

5.9. Receita operacional

A receita da Companhia é dividida em dois grupos:

- Receita de manutenção e assinatura são receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas de assinatura relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não

Notas Explicativas

tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção e assinatura são agregados em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de manutenção e assinatura não são reembolsáveis e são faturados e pagos mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

- Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “softwares” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando:

- i) Da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) Todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
- iv) A Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e
- v) É provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

5.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

5.11. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

5.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real

Notas Explicativas

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. e Neemu Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Neemu incorporada em 30 setembro de 2016) adotam o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas Explicativas

5.13. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

c. Remuneração com base em opções de compra de ações

A Companhia oferece aos seus executivos plano de incentivo de longo prazo, com base na concessão de opção de compra de ações.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia e suas controladas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

5.14. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações

Notas Explicativas

financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IAS 7 - Cash Flow (Fluxo de Caixa), alterações: as alterações fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa, como as mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. A aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes nas divulgações do Fluxo de Caixa da Companhia.

IAS 12 - Income Taxes (Imposto de Renda), alterações: as alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Se uma entidade adotar as alterações para um período anterior, ela deve divulgar tal fato. A aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

5.16. Novas normas e interpretações

Na data de elaboração destas informações financeiras, as seguintes emissões e alterações haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:

IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): a IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para a presente demonstração financeira, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis. Em geral, a Companhia não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial

Notas Explicativas

e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável (reconhecimento de perda de crédito esperada) da IFRS 9. A Companhia espera um aumento na provisão para perdas, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Pois tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante 12 meses em contas a receber de clientes, pois os demais itens a Companhia mantém avaliado pelo valor justo em consonância com a IFRS 9.

A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida de seus recebíveis, a provisão para perdas aumentará em R\$ 1.539, onde o efeito tributário aplicado decorrente do IR/CS sobre a alíquota de 34% terá o efeito indedutível.

(c) Contabilização de *hedge*

A Companhia não possui operação de *hedge*.

IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A Companhia identificou que nos contratos de vendas dos componentes tratados como variáveis da receita (Royalties), onde o prazo em sua maioria é estipulado em 36 meses, o reconhecimento da receita era aplicado no ato da transferência do bem. Com o efeito da aplicação da norma (reconhecimento decorrente do prazo contratual), refletirá em um ajuste no balanço de abertura para o exercício do ano de 2018, no total de R\$ 54.042. Dessa forma a Companhia realizará o diferimento dessa receita pelo prazo de 36 meses e reclassificará o montante descrito acima para o passivo circulante diferido, com a correspondente redução do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Financeiros): a IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro.

Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento. Até a data de divulgação dessas informações financeiras a Companhia não tinha concluído os trabalhos de identificação dos efeitos da norma, nos impossibilitando de divulgar qualquer possível efeito que poderá advir da aplicação do pronunciamento.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture): as alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture.

O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2: o IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos.

As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 17 Contratos de seguro: em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 sobre os Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguros que tratado reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos mesmos.

Quando entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá os Contratos de Seguro de IFRS 4 (IFRS 4) que foram emitidos em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro

Notas Explicativas

(isto é, vida, ramos elementares, seguro direto e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Serão aplicadas algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo de contabilidade para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras. Comparado com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contabilísticas locais vigentes anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, tratando de todos os aspectos contábeis relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxas variáveis);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 passa a vigorar para os períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com a exigência de valores para fins comparativos. Faculta-se a aplicação antecipada, desde que a entidade também aplique a IFRS 9 e IFRS 15 a partir da data em que aplicar a IFRS 17 pela primeira vez. Essa norma não é aplicável para Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	17	36	37.854	2.499
Aplicações financeiras de curto prazo	16	16	5.064	4.728
	33	52	42.918	7.227

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos referem-se substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pela taxa de 99,57% do Certificado de Depósito Interbancário “(CDI)”.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 22.8.

Notas Explicativas

7. Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação	Vencimento	Taxa rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora		Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado	15/02/2013	Indeterminado	103,90%	6.891	31.261	487.816	639.185
LF	Letra Financeira Escritural	13/10/2016	15/10/2018	103,00%	-	-	20.990	19.036
					6.891	31.261	508.806	658.221
				Circulante	6.891	31.261	487.816	639.185
				Não circulante	-	-	20.990	19.036
					6.891	31.261	508.806	658.221

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2016 Valor líquido
Renda Fixa	CDBLA	29/11/2016	29/11/2016	09/06/2017	4.715	CDI D 101%	4.715	4.771
Renda Fixa	DEBLA	25/02/2016	25/02/2016	22/02/2018	22.188	CDI D 101,5%	7.588	8.503
Renda Fixa	LF	11/12/2014 a	11/12/2014 a	11/12/2017 a		CDI e CDI D		
		26/10/2015	26/10/2015	26/10/2017	326	108%	98.026	103.276
Renda Fixa	LFS	15/02/2013	16/01/2013	15/01/2019	28	CDI D 111%	8.453	13.734
Renda Fixa	LFSFC	15/02/2013 a	30/03/2011 a	30/03/2017 a		CDI e CDI		
		01/12/2015	16/05/2012	15/05/2018	20	D112%	11.289	11.245
Renda Fixa	LFT	27/03/2015 a	01/07/2000 a	01/09/2018 a				
		30/09/2016	11/01/2013	01/09/2021	17.714	LFT	142.361	149.202
Renda Fixa	PRE	30/12/2016	30/12/2016	15/08/2018	53.256	PRE 13,65 A.A	160.155	160.155
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	969.809	-	188.359	188.359
Renda Fixa	LF	-	13/10/2014	15/10/2018	1	CDI 103,7%	19.120	19.036
								658.281
						Despesas do fundo		(60)
								658.221

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2017 Valor líquido
Renda Fixa	DEBLA	25/02/2016	25/02/2016	22/02/2018	22.188	CDI D 102%	7.588	9.367
Renda Fixa	LF	21/10/2016 a	21/10/2016 a	22/10/2018 a				
		12/12/2017	12/12/2017	09/06/2020	236	CDI D 104,25%	70.800	79.531
Renda Fixa	LFS	15/02/2013	16/01/2013	15/01/2019	28	CDI D 111%	8.453	15.177
Renda Fixa	LFT	27/03/2015 a	01/07/2000 a	01/09/2018 a				
		18/09/2017	11/01/2013	01/09/2021	10.005	LFT	80.631	92.872
Renda Fixa	PRE	29/12/2017	29/12/2017	15/05/2035	47.295	PRE 6,90 A.A	149.555	149.555
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	660.673	-	141.358	141.358
Renda Fixa	LF	-	13/10/2016	15/10/2018	1	CDI 103%	20.990	20.990
								508.850
						Despesas do fundo		(44)
								508.806

A Administração tem por política a utilização destes recursos, única e exclusivamente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas e pagamento de JSCP (Juros sobre capital próprio), não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

Notas Explicativas

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 22.8.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas a receber:		
A Vencer	102.746	90.213
Vencidos (a)	30.147	21.721
	132.893	111.934
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.183)	(2.615)
(-) Ajustes a valor presente	(581)	(255)
	131.129	109.064
Circulante	128.177	107.290
Não circulante	2.952	1.774

(a) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
De 1 a 30 dias	14.181	7.405
De 31 a 60 dias	4.684	4.360
De 61 a 90 dias	3.145	2.389
De 91 a 180 dias	4.481	3.612
Acima de 181 dias	3.656	3.955
	30.147	21.721

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa, basicamente, a perda histórica e adicionalmente cheques devolvidos e duplicatas a receber com discussão em juízo. Deduzindo os valores referentes a depósitos não identificados recebidos há mais de 180 dias (R\$ 1.819 e R\$ 1.507 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

Mapa de movimentação da PECLD	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(2.615)	(2.996)
Adição de provisão	(3.759)	(3.637)
Utilização/reversão	5.191	4.018
Saldo final	(1.183)	(2.615)

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais

Ativo - Contas a receber

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	2.877	-	11.343	2.812
	2.877	-	11.343	2.812

Passivo - Outras contas a pagar

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	-	-	108	-
	-	-	108	-

O saldo com partes relacionadas refere-se substancialmente ao empréstimo atualizado pela TJLP, acrescido de 1% a 1,5% ao ano e também ao repasse de despesas. O saldo do empréstimo está sendo recebido de abril de 2014 até março de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui empréstimos em aberto no montante de R\$ 97.288 (R\$ 130.767 em 31 de dezembro de 2016) com seu acionista (BNDES) conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2017 não houve a necessidade de constituição de impairment (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

9.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (06 e 05 administradores em 2017 e 2016, respectivamente), relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são resumidas como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de Pró-Labore	9.611	5.985
Pagamentos com base em ações	1.428	1.865
	11.039	7.850

9.2. Resultado

No período findo em 31 de dezembro de 2017 existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 11.935 (R\$ 7.809 em 31 de dezembro de 2016), e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos, no montante de R\$ 682 (R\$ 1.719 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas**10. Investimentos****10.1. Investimentos em controladas diretas**

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	1.175.322	1.070.023
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. (*)	-	49.135
Linx Telecomunicações Ltda.	6.999	4.562
	1.182.321	1.123.720

(*) Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda., foi incorporada pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda., em 30 de abril de 2017.

10.2. Informações de controladas diretas

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
31 de dezembro de 2016				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	737.951	46.151	5.634	789.736
Ativos não circulantes	656.398	8.132	79	664.609
Total de ativos	1.394.349	54.283	5.713	1.454.345
Passivos circulantes	111.354	5.148	1.151	117.653
Passivos não circulantes	212.971	-	-	212.971
Total de passivos	324.325	5.148	1.151	330.624
Patrimônio líquido	1.070.024	49.135	4.562	1.123.721
Receitas	529.231	68.725	13.158	611.114
Despesas	(498.538)	(36.416)	(12.077)	(547.031)
Lucro ou prejuízo	30.693	32.309	1.081	64.083

Notas Explicativas

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
31 de dezembro de 2017				
Participação	99,99%	-	99,99%	
Ativos circulantes	724.574	-	7.709	732.283
Ativos não circulantes	839.590	-	193	839.783
Total de ativos	1.564.164	-	7.902	1.572.066
Passivos circulantes	164.576	-	903	165.479
Passivos não circulantes	224.266	-	-	224.266
Total de passivos	388.842	-	903	389.745
Patrimônio líquido	1.175.322	-	6.999	1.182.321
Receitas	678.453	26.198	14.685	719.336
Despesas	(623.776)	(14.271)	(13.748)	(651.795)
Lucro ou prejuízo	54.677	11.927	937	67.541

10.3. Movimentação dos investimentos

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2015	631.097	16.826	3.481	651.404
Equivalência patrimonial	30.693	32.309	1.081	64.083
Aumento de capital	405.000	-	-	405.000
Plano de outorga de ações	3.233	-	-	3.233
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2016	1.070.023	49.135	4.562	1.123.720
Equivalência patrimonial	54.677	11.927	937	67.541
Ajuste de conversão acumulado	(247)	-	-	(247)
Aumento de capital	-	-	1.500	1.500
Plano de outorga de ações	1.807	-	-	1.807
Saldo de incorporação (Nota 2)	61.062	(61.062)	-	-
Pagamento de dividendos	(12.000)	-	-	(12.000)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2017	1.175.322	-	6.999	1.182.321

Notas Explicativas**11. Imobilizado**

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Computadores e eletrônicos	7.608	3.721	(3.032)	(46)	-	8.251
Veículos	5.201	897	(1.123)	(797)	-	4.178
Móveis e utensílios	3.762	1.412	(648)	(75)	6	4.457
Instalações, máquinas e equipamentos	15.127	4.426	(2.162)	(88)	(6)	17.297
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.926	2.908	(1.704)	(2)	-	13.128
Imóveis	3.061	-	(120)	-	-	2.941
Outros componentes	1.006	-	-	-	-	1.006
Total	47.691	13.364	(8.789)	(1.008)	-	51.258

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Adição aquisição	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Computadores e eletrônicos	8.251	2.298	121	(3.106)	(30)	1.819	9.354
Veículos	4.178	984	78	(1.552)	(395)	-	3.293
Móveis e utensílios	4.457	980	89	(789)	(16)	3.518	8.239
Instalações, máquinas e equipamentos	17.297	1.809	362	(2.652)	2	3.205	20.023
Imobilizado em andamento	-	18.120	-	-	(300)	(17.820)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.128	1.429	-	(6.095)	(135)	9.278	17.605
Imóveis	2.941	-	-	(128)	-	-	2.813
Outros componentes	1.006	-	-	-	-	-	1.006
Total	51.258	25.620	650	(14.323)	(873)	-	62.332

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Computadores e eletrônicos	20%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações, máquinas e equipamentos	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%
Imóveis	4%

As adições na rubrica de depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Software	13.869	8.801	(5.093)	-	(499)	17.078
Desenvolvimento de Software	893	6.909	-	-	(5.954)	1.848
Softwares desenvolvidos	27.084	20.761	(18.987)	-	5.954	34.812
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	1.507	1.223	(750)	-	-	1.980
Marcas adquiridas	44.994	-	(961)	-	-	44.033
Tecnologia aquisições	35.966	985	(11.481)	-	284	25.754
Carteira de clientes aquisições	73.474	9.205	(10.062)	-	(2.772)	69.845
Ágio	373.771	28.531	-	-	2.987	405.289
Outros	3	-	-	-	-	3
Total	571.561	76.415	(47.334)	-	-	600.642

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Combinação de Negócio (Nota 3)	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Software	17.078	7.244	-	(5.860)	(93)	-	18.369
Desenvolvimento de Software	1.848	3.208	-	-	-	(2.300)	2.756
Softwares desenvolvidos	34.812	27.607	-	(24.511)	-	2.300	40.208
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	1.980	2.934	-	(1.531)	-	-	3.383
Marcas adquiridas	44.033	-	-	(961)	-	-	43.072
Tecnologia aquisições	25.754	-	24.133	(10.744)	-	-	39.143
Carteira de clientes aquisições	69.845	-	24.939	(12.053)	-	-	82.731
Ágio	405.289	-	116.955	-	-	-	522.244
Outros	3	-	-	-	-	-	3
Total	600.642	40.993	166.027	(55.660)	(93)	-	751.909

Taxas médias de amortização anual:

Desenvolvimento de software	33%
Softwares desenvolvidos	33%
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	33%
Tecnologia aquisições	10 a 20%
Carteira de clientes aquisições	10 a 20%
Software	10 a 20%
Outros	10 a 20%

Notas Explicativas

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

12.1. Teste de recuperabilidade dos Ágios

A Companhia e suas investidas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos de capital médio ponderado - CCMP).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,5% 2017 e 2016, que refere-se ao crescimento de perpetuidade correspondente à expectativa de inflação de longo prazo do BCB (Banco Central do Brasil) acrescido de 1% de crescimento real. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 12,89% em 2017 (15,03% em 2016), também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,50% em 2017 e 2016.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e investidas e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia e investidas, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

Notas Explicativas

Crescimento da receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas se referem entre as linhas de não recorrentes (consultoria em implantação e royalties pelo uso de suas licenças), e recorrentes (contratuais - referentes à cobrança de taxa de manutenção dos sistemas, com previsão de reajuste anual), onde a Companhia considerou um crescimento anual entre 9% e 10% para os próximos 5 anos.

Os custos da Companhia foram projetados, considerando a manutenção da margem bruta, que varia entre 70% e 71%.

Volume de Capex: As necessidades de investimento em CAPEX foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações.

Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de:

Custos de capital médio ponderado (CCMP): o qual leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar.

Modelo de precificação de ativos financeiros (CAPM): o qual leva em consideração a sensibilidade do ativo ao risco não-diversificável (também conhecido como risco sistêmico ou risco de mercado), representado pela variável conhecida como índice beta ou coeficiente beta (β), assim como o retorno esperado do mercado e o retorno esperado de um ativo teoricamente livre de riscos.

A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<u>Variações nas principais premissas</u>	<u>Em pontos percentuais</u>
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+ / - 2,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2017 e 2016 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima, bem razoáveis, nenhuma perda seria reconhecida.

12.2. Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos

Notas Explicativas

colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 64.280 (R\$ 59.894 em dezembro de 2016) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

13. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa efetiva	Vencimento	Garantia/ tipo	Controladora		Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	9,274% a.a.	15/03/2018	12.1 (a)	2.852	14.106	2.852	14.106
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	9,446% a.a.	15/02/2021	12.1 (b)	-	-	83.330	104.994
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,96% a.a.	9,751% a.a.	15/03/2022	12.1 (c)	-	-	9.882	9.715
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,00 % a.a.	8,768% a.a.	16/09/2019	12.1 (d)	-	-	1.224	1.952
					2.852	14.106	97.288	130.767
Parcela a amortizar no curto prazo classificada no passivo circulante					2.852	11.294	31.783	34.499
Passivo não circulante					-	2.812	65.505	96.268

O montante classificado no passivo não circulante na controladora e consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Período	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	31.446
2019	29.282	28.984
2020	28.760	28.453
2021	6.846	6.776
2022	617	609
	65.505	96.268

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	14.106	25.032
Encargos financeiros	719	1.718
Encargos financeiros pagos	(659)	(1.588)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(11.314)	(11.056)
	2.852	14.106

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	130.767	128.338
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	10.000
Ingressos por aquisição	-	2.296
Encargos financeiros	9.960	10.808
Encargos financeiros pagos	(9.480)	(9.491)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(33.959)	(11.184)
	97.288	130.767

13.1. Covenants

- (a) O empréstimo do BNDES firmado em 24 de fevereiro de 2012, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:

- (a) Endividamento geral/ativo total: igual ou inferior a 65%;
- (b) Dívida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
- (c) EBITDA/Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma “conta centralizadora” aberta para tal fim.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2017.

- (b) O empréstimo do BNDES firmado em 28 de outubro de 2014, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos seguintes índices apurados semestralmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos:

- (a) Endividamento geral/ativo total: igual ou inferior a 60%;
- (b) Dívida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 2,0;

Notas Explicativas

(c) EBITDA/Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2017.

(c) O empréstimo do BNDES firmado em 11 de dezembro de 2015, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos seguintes índices apurados semestralmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos:

- (a) Endividamento geral/ativo total: igual ou inferior a 60%;
- (b) Dívida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
- (c) EBITDA/Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas.

Notas Explicativas

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2017.

- (d) O saldo de empréstimo BNDES refere-se a empréstimos bancários oriundos da aquisição da empresa Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A. em 07 de novembro de 2016.

13.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Em 2017, a Companhia adotou as alterações ao IAS 7 (CPC 03(R2)) que foram emitidas como parte da Iniciativa de Divulgação do IASB. Estas alterações requerem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças em passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo as mudanças decorrentes de fluxos de caixa e variações não monetárias. Na medida necessária para satisfazer este requerimento, a Companhia divulga as seguintes mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento:

	31/12/2015	Fluxos de caixa	Variação cambial	Novas aquisições	Outros	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	128.338	(25.259)	-	-	27.688	130.767
Contas a pagar por aquisição de controladas	95.571	(26.187)	-	14.000	(2.790)	80.594
Total dos passivos de atividades de financiamento	223.909	(51.446)	-	14.000	24.898	211.361
	31/12/2016	Fluxos de caixa	Variação cambial	Novas aquisições	Outros	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	130.767	(43.439)	-	-	9.960	97.288
Contas a pagar por aquisição de controladas	80.594	(19.324)	1.725	71.092	(3.320)	130.767
Total dos passivos de atividades de financiamento	211.361	(62.763)	1.725	71.092	6.640	228.055

Notas Explicativas**14. Obrigações trabalhistas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão férias, 13º salário e encargos	-	-	22.466	20.561
INSS a recolher	11	-	5.234	4.602
Provisão participação lucros e resultados	-	-	4.191	2.081
FGTS a pagar	-	-	1.907	1.818
Salários a pagar	-	-	1.836	1.252
Outros	281	-	3.235	890
	292	-	38.869	31.204

15. Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas não sujeitas à atualização	15.941	11.996
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI – 6,99%	495	448
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA – 2,95%	106.171	60.988
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM – (0,53%)	9.872	9.824
Ajuste a valor presente	(1.712)	(2.662)
	130.767	80.594
Passivo circulante	56.087	23.508
Passivo não circulante	74.680	57.086

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	38.806
2019	32.276	14.983
2020	26.530	2.253
2021	4.754	1.044
2022	11.120	-
	74.680	57.086

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2017, R\$ 87.093 é relacionado a consideração contingente (R\$ 46.692 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia espera liquidar integralmente os valores relativos a contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3.

Notas Explicativas

A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	80.594	95.571
Adição por aquisição	159.796	42.000
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(108.028)	(59.674)
Atualização encargos financeiros	5.685	2.697
Contingências (*)	(2.427)	-
Earn Out (**)	(4.853)	-
	130.767	80.594

(*) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Companhia tem a pagar com os antigos administradores.

(**) Os valores referem-se a reversão de *earn out* não atingido das empresas adquiridas Chaordic, Neemu e Liderança.

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	84	-	(9.217)	(10.595)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	50	(2.237)	(14.699)	(13.803)
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	134	(2.237)	(23.916)	(24.398)

Notas Explicativas

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	84.711	70.738	108.761	92.899
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(28.802)	(24.051)	(36.979)	(31.586)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	22.964	21.788	-	-
Lei nº 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e desenvolvimento)	-	-	8.382	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	5.780	-	5.780	-
Diferença de Imposto de renda e contribuição social apurado pelo lucro presumido	-	-	3.498	7.388
Outras diferenças líquidas	192	26	(4.597)	(200)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	134	(2.237)	(23.916)	(24.398)
Alíquota efetiva	0,16%	3,16%	22%	26%

16.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

	Consolidado		
	31/12/2016	Reconhecido no resultado	31/12/17
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(48.779)	(10.106)	(58.885)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados - Synthesis (*)	-	-	(8.352)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(15.697)	(6.270)	(21.967)
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	5.164	(1.086)	4.078
IR/CS diferidos sobre gasto com emissão de ações	4.108	-	4.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	257	(97)	160
Provisão benefícios para empregados	1.297	895	2.192
Provisão para contingências	176	24	200
Provisão para ajuste a valor presente	74	848	922
Provisão para pagamento de comissões	161	-	161
Plano de opção de compra de ações	192	614	806
Ações Diferidas	-	567	567
Outras provisões	46	(88)	(42)
Diferido líquido	(53.001)	(14.699)	(76.052)
Ativo fiscal diferido	4.168		4.272
Passivo fiscal diferido	(57.169)		(80.324)

(*) Constituição de IR/CS decorrente da não intenção de incorporação da Synthesis

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independentemente de reforma de seu Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O órgão competente para deliberar sobre as emissões é o Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4o da Lei nº 6.404,

Notas Explicativas

de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Em 24 de fevereiro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 2.167 o qual passará de R\$ 480.808 para R\$ 482.974, mediante a emissão de 210.210 novas Ações Ordinárias, que foram objeto de oferta pública de distribuição primária realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado.

Em 31 de agosto de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 3.057 o qual passará de R\$ 482.974 para R\$ 486.032, mediante a emissão de 290.181 novas Ações Ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas e está dividido da seguinte forma:

Acionista	Consolidado	
	Ações	Capital total (%)
Acionistas fundadores	29.902.389	18,00%
Ações em tesouraria	1.991.171	1,20%
Free Float (*)	134.216.782	80,80%
	166.110.342	100%

(*) O BNDES Participações S.A., GIC Private Limited, Genesis Asset Managers e Mawer Investments possuem posição acionária acima de 5%.

17.2. Reservas de capital

No âmbito da emissão de ações ocorrida em 26 de setembro de 2016, foi constituído ágio na subscrição de capital no montante de R\$ 325.440 e custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais no montante de R\$ 12.317 registrados em conta redutora, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas**17. Patrimônio líquido--Continuação****17.2. Reservas de capital--Continuação**

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Ágio na subscrição de capital (a)	539.571	539.571
Plano de opção de compra de ações (Nota 24)	11.548	9.741
Ações em tesouraria	(33.887)	-
Gastos com emissão de ações (b)	(37.423)	(37.009)
	479.809	512.303

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital.

(b) Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

17.3. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social.

Notas Explicativas**17. Patrimônio Líquido--Continuação****17.4. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	84.845	68.501
(-) Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	-	-
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	84.845	68.501
Dividendos mínimos obrigatórios	21.211	17.125
Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.789	18.875
Dividendos propostos pela Administração	40.000	36.000
Forma de pagamento		
Juros sobre capital próprio	17.000	-
Dividendos	23.000	36.000
	40.000	36.000
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial - Dividendos a pagar referente ao exercício anterior	20.000	8.000
Dividendos pagos referente ao exercício anterior	(20.000)	(8.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	21.211	17.125
Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.789	18.875
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos referentes ao exercício	(17.000)	(16.000)
Saldo final - Dividendos a pagar referente ao exercício	23.000	20.000
Apresentação dos dividendos		
Passivo - Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	4.211	1.125
PL - Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.789	18.875
	23.000	20.000

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de abril de 2017, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de dividendos do exercício de 2016, no valor bruto de R\$ 20.000, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 27 de abril de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2017, foi aprovado, nos termos do artigo 1.072 da Lei 10.406, onde os sócios decidem aprovar a distribuição de lucros sob a modalidade de juros sobre Capital Próprio ("JCP"), referente ao segundo trimestre do exercício social de 2017, compreendido entre o período de 01/04/2017 a 30/06/2017, no valor bruto de R\$ 10.000, conforme apurado no balanço patrimonial da sociedade, levantando em 30/06/2017.

Notas Explicativas

17. Patrimônio Líquido--Continuação

17.4. Dividendos--Continuação

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2017, foi aprovado, nos termos do artigo 1.072 da Lei 10.406, onde os sócios decidem aprovar a distribuição de lucros sob a modalidade de juros sobre Capital Próprio ("JCP"), referente ao segundo semestre do exercício social de 2017, compreendido entre o período de 01/07/2017 projetado a 31/12/2017, no valor bruto de R\$ 7.000.

O saldo de juros sobre capital próprio pagos de R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2017 inclui a distribuição do exercício demonstrada acima.

17.5. Reserva para retenção de lucros

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2017 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018, destina o saldo da conta de reserva para retenção de lucros de 2017, no montante de R\$ 44.845, para os investimentos demonstrados abaixo:

Investimentos:	31/12/2017	31/12/2016
Infraestrutura	6.346	4.599
Inovação de pesquisa e desenvolvimento	10.154	7.359
Aquisições	28.345	20.543
Total dos investimentos	44.845	32.501
Fonte dos recursos:		
Reserva de lucros	44.845	32.501
Total das fontes	44.845	32.501

18. Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 2.776 e em 31 dezembro de 2016 a provisão era no valor de R\$ 518.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 2.773 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.099 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Notas Explicativas

As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia possui valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

Movimentação	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	254	264	-	518
Adições	1.228	46	1.093	2.367
Baixas	(121)	(9)	-	(130)
Atualização	(22)	43	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.339	344	1.093	2.776

(*) Contingência tributária decorrente da aquisição da empresa Synthesis (valores anteriores a data de aquisição pela Linx Sistemas).

19. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Receita de manutenção	544.940	479.750
Receita de serviços	111.197	88.239
	656.137	567.989
Impostos sobre vendas		
PIS	(3.932)	(3.602)
COFINS	(18.148)	(16.622)
ISS	(15.981)	(13.190)
INSS	(25.009)	(20.131)
Outros	(3.751)	(3.425)
Cancelamentos e abatimentos	(17.726)	(16.436)
Receita operacional líquida	571.590	494.583

Notas Explicativas

20. Custos e despesas

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aluguéis	-	-	(12.242)	(9.475)
Comissões	-	-	(26.801)	(19.666)
Depreciação e amortização (*)	-	-	(69.983)	(56.316)
Manutenção e conservação	-	-	(11.339)	(6.314)
Pessoal	(1.278)	-	(272.017)	(245.792)
Propaganda e publicidade	(5)	(33)	(6.350)	(4.838)
Serviços de terceiros	11	(37)	(33.609)	(26.232)
Viagens e estadias	-	-	(11.991)	(11.838)
Despesa com link	-	-	(29.934)	(23.357)
Despesas com Informática	-	-	(3.489)	(2.721)
Outras receitas	-	-	4.311	1.216
Outros	(202)	(173)	(23.778)	(21.074)
	(1.474)	(243)	(497.222)	(426.407)
Função				
Custo dos serviços prestados	-	-	(168.873)	(147.364)
Despesas administrativas e gerais	(1.467)	(208)	(190.870)	(152.350)
Despesas de vendas	(5)	-	(72.393)	(62.453)
Pesquisa e manutenção de software desenvolvido	(2)	(35)	(64.280)	(59.894)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(806)	(4.346)
	(1.474)	(243)	(497.222)	(426.407)

(*) Alocação de R\$ 24.511 referente a amortização de software (Lei do Bem).

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Juros ativos	18.683	1.719	357	2.183
Juros s/ aplicações financeiras	(227)	7.260	52.999	45.391
Descontos obtidos	-	-	39	114
Variação cambial ativa	-	-	2.981	16
Outras receitas	1.071	299	2.045	1.763
	19.527	9.278	58.421	49.467
Despesas financeiras				
Juros passivos	(9)	(10)	(470)	(270)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(682)	(1.719)	(7.611)	(15.108)
Desconto concedido	-	-	(9.141)	(6.737)
Variação cambial passiva	-	-	(3.607)	(49)
Imposto sobre operações financeiras	(20)	(559)	(560)	(827)
Outras despesas	(172)	(92)	(2.639)	(1.753)
	(883)	(2.380)	(24.028)	(24.744)
	18.644	6.898	34.393	24.723

Notas Explicativas

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

22.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 2,6% da receita.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 8). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	33	52	42.918	7.227
Aplicações financeiras (Nota 7)	6.891	31.261	508.806	658.221
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	131.129	109.064
	6.924	31.313	682.853	774.512

22.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao

Notas Explicativas

vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	7	-	-	7
	7	-	-	7
Operação	Consolidado			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	8.518	-	-	8.518
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	31.783	29.282	36.223	97.288
Contas a pagar por aquisição de controladas- Earn Outs (nota 15)	25.365	10.680	3.667	39.712
Contas a pagar por aquisição de controladas- Parcelas Retidas (nota 15)	26.547	13.126	22.208	61.881
Contas a pagar por aquisição de controladas- Outras (Nota 15)	1.360	-	-	1.360
	93.573	53.088	62.098	208.759

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para contas a pagar por aquisição de controladas.

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

22.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

Notas Explicativas

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	33	52	42.918	7.227
Aplicações financeiras (Nota 7)	6.891	31.261	508.806	658.221
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	131.129	109.064
Outros créditos	28	35	29.464	22.306
Total	6.952	31.348	712.317	796.818
Passivos financeiros				
Fornecedores	7	22	8.518	6.254
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	2.852	14.106	97.288	130.767
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	-	-	130.767	80.594
Outras contas a pagar	25.000	-	8.594	6.041
Total	27.859	14.128	245.167	223.656

Notas Explicativas**22. Instrumentos financeiros--Continuação****22.6. Análise dos instrumentos financeiros--Continuação**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria

Controladora						
31/12/2017			31/12/2016			
Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	33	-	52	-	-	
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	6.891	-	31.261	-	
Outros créditos	28	-	35	-	-	
	61	6.891	87	31.261	-	
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	7	-	-	22	
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	2.852	-	-	14.106	
Outras contas a pagar	-	25.000	-	-	-	
	-	27.859	-	-	14.128	
Consolidado						
31/12/2017			31/12/2016			
Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	42.918	-	7.227	-	-	
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	508.806	-	658.221	-	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	131.129	-	109.064	-	-	
Outros créditos	29.464	-	22.306	-	-	
	203.511	508.806	138.597	658.221	-	
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	8.518	-	-	6.254	
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	97.288	-	-	130.767	
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 15)	-	30.961	-	46.692	33.902	
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	
Outros contas a pagar	-	8.594	-	-	6.041	
	-	30.961	-	46.692	176.964	

Notas Explicativas

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

22.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC e SELIC, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2017, que foi de 6,89% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Notas Explicativas**22. Instrumentos financeiros--Continuação****22.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação**

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	6.891	Diminuição do CDI	6,89%	5,17%	3,45%
Receita financeira			475	356	238
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	508.806	Diminuição do CDI	6,89%	5,17%	3,45%
Receita financeira			35.057	26.305	17.554

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI e SELIC vigentes em 31 de dezembro de 2017, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	2.852	Aumento da TJLP	214	268	321
Taxa sujeita à variação			7,50%	9,40%	11,25%

Notas Explicativas**22. Instrumentos financeiros--Continuação****22.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação**

Consolidado			Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco			
Financiamentos - BNDES Taxa sujeita à variação	97.288	Aumento da TJLP	7.297 7,50%	9.126 9,38%	10.945 11,25%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	9.874	Aumento do IGPM	(52) -0,53%	(65) -0,66%	(79) -0,80%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	492	Aumento do CDI	34 6,91%	43 8,74%	52 10,57%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	78.242	Aumento do IPCA	2.308 2,95%	2.887 3,69%	3.466 4,43
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	42.160	Desvalorização do R\$	1.396 3,31%	1.745 4,14%	2.095 4,97%

(*) <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>(**) Fonte : <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>**23. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta no consolidado por R\$ 5.000 para responsabilidade civil profissionais, R\$ 65 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 108.000 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos.

24. Lucro por ação**a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	84.845	68.501
Número médio ponderado de ações	163.890.682	149.249.887
Lucro básico por ação - (em reais)	0,5177	0,4590

Notas Explicativas**24. Lucro por ação--Continuação****b) Lucro diluído por ação**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (exceto as em tesouraria), para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de "Stock Options" com outorga de 1.431.948 opções de ações e o potencial dilutivo total do mesmo é representado por 925.470 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	84.845	68.501
Número médio ponderado de ações (*)	164.747.222	149.780.388
Lucro diluído por ação (em reais)	0,5150	0,4573

(*) Valores pós-desdobramento das ações de 13 de junho de 2016.

25. Pagamento com base em ações

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

Notas Explicativas

25. Pagamento com base em ações--Continuação

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 614.317 opções de ações, com preço de exercício de R\$18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 135.353 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 33,83 (trinta e três reais e oitenta e três centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas**25. Pagamento com base em ações--Continuação**

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 144.285 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,72 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 188.864 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,17 (trinta e oito reais e setenta e sete centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 23 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou abertura do programa de Recompra de ações da Companhia o exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra adquirir até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,206% do total de ações de emissão da Companhia e até 1,206% das ações em Circulação, o objetivo do Programa de Recompra é de atender o exercício dos programas de ações diferidas e eventualmente programas de opções de compra de ações, podendo ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no inciso 1º artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na ICVM 567/15. Prazo máximo descrito nos termos do Programa de Recompra de ações 18 (dezoito) meses, iniciando em 23 de março de 2017 e encerrando em 23 de setembro de 2018.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga		Premissas valor justo						
Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Expectativa de		Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
					Dividendos - %	Volatilidade - %		
1ª	28/02/2013	614.317	18,72	12,73	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/2014	135.353	33,83	11,81	0,8%	25,11%	10,12%	4 anos
3ª	27/02/2015	144.285	38,72	11,86	1,3%	24,00%	12,96%	4 anos
4ª	29/02/2016	188.864	38,17	14,02	0,8%	25,01%	7,25%	4 anos
5ª	16/03/2017	349.129	16,99	3,83	1,3%	24,25%	9,71%	4 anos

Notas Explicativas**25. Pagamento com base em ações--Continuação**

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.808 (R\$ 3.233 no mesmo período de 2016), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” é de R\$ 11.548 (R\$ 9.741 em 31 de dezembro de 2016).

Alberto Menache
Diretor-Presidente

Pedro Holmes Monteiro Moreira
Vice-Presidente Financeiro e RI

Eloisa Moraes Souza de Oliveira
Contadora CRC-1SP247057/O-9

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não tem como política a divulgação de projeções financeiras

Proposta de Orçamento de Capital**LINX S.A.***Companhia Aberta de Capital Autorizado*

CNPJ: 06.948.969/0001-75

NIRE: 35.300.316.584

**Proposta de destinação do lucro líquido do exercício
(art. 9º, Parágrafo Único, II, da Instrução CVM 481/2009)****1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício foi de R\$84.844.835,55 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2017, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de juros sobre capital próprio aos detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de agosto de 2017, no valor bruto de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), correspondente a R\$0,060951762 por ação, conforme projetado no balanço patrimonial da Companhia para 30 de junho de 2017, os quais foram declarados em 07 de agosto de 2017 e pagos a partir de 23 de agosto de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2017, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre capital próprio aos detentores de ações de emissão da Companhia em 14 de dezembro de 2017, no valor bruto de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), correspondente a R\$0,042651934 por ação, conforme projetado no balanço patrimonial da Companhia para 31 de dezembro de 2017, os quais foram declarados em 11 de dezembro de 2017 e pagos a partir de 27 de dezembro de 2017.

Está sendo submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), correspondentes a R\$0,140142068 por ação ordinária, sujeito à alteração em razão de eventual aumento de capital que venha a ser realizado até o momento da efetiva aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ou efetiva distribuição.

Desta forma, o montante global distribuído (dividendos referentes ao exercício de 2017) deverá ser de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), acima, portanto, do previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

47,1% do lucro líquido do exercício de 2017 deverá ser distribuído.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram distribuídos dividendos com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Proposta de Orçamento de Capital

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Está sendo submetido à aprovação da AGO o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), correspondentes a R\$0,140142068 por ação ON, sujeito à alteração em razão de eventual aumento de capital que venha a ser realizado até o momento da efetiva aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ou efetiva distribuição.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos deverão ser pagos em moeda corrente nacional, e, salvo deliberação em contrário da AGO, no prazo de até 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social de 2018.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos no prazo acima, sem qualquer correção monetária entre a data da declaração/distribuição e a data do pagamento.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

16 de abril de 2018, data da AGO.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em juros sobre capital próprio, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2017.

Montante de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) em juros sobre capital próprio, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2017.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os juros sobre capital próprio aprovados em 07 de agosto de 2017 foram pagos em 23 de agosto de 2017 e os juros sobre capital próprio aprovados em 11 de dezembro de 2017 foram pagos em 27 de dezembro de 2017.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(Reais)	31/12/2017 (*)	31/12/2017 (*) (**)	31/12/2016	31/12/2016 (**)	31/12/2015	31/12/2014
Proventos por ação	0,5170	1,5509	0,4136	1,2409	1,3638	1,4486

(*) Sujeito à alteração em razão de eventual aumento de capital que venha a ser realizado até o momento da efetiva aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ou efetiva distribuição.

(**) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016, adicionando o efeito do desdobramento.

(***) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016, voltando o efeito do desdobramento.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(Reais)	31/12/2017 (*)	31/12/2017 (*) (**)	31/12/2016	31/12/2016 (**)	31/12/2015	31/12/2014
Proventos por ação	0,2437	0,7312	0,2174	0,6521	0,6837	0,6267

(*) Sujeito à alteração em razão de eventual aumento de capital que venha a ser realizado até o momento da efetiva aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ou efetiva distribuição.

(**) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016, adicionando o efeito do desdobramento.

(***) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016, voltando o efeito do desdobramento.

Proposta de Orçamento de Capital

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não haverá alocação para a conta "reserva legal", tendo em vista que a referida conta, acrescida do montante das reservas de capital, excedeu, neste exercício, 30% do capital social, em conformidade com o art. 193, § 1º, da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

"Artigo 36: Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(a) importância destinada à constituição da reserva legal; e

(b) importância destinada à formação da reserva para contingências (artigo 35, "b", do Estatuto Social), e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores."

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando,

Proposta de Orçamento de Capital

inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não há retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

O montante de retenção proposto para deliberação dos acionistas é de R\$44.844.835,55 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), o qual será utilizado para suportar a proposta de orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A cópia do orçamento de capital encontra-se no anexo I.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Proposta de Orçamento de Capital

Não há destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

Proposta de Orçamento de Capital

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL 2018

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6.404/76, vimos submeter à deliberação de V.Sas. o orçamento de capital da Linx S.A. para o exercício de 2018, no valor de R\$44.844.835,55 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme discriminado abaixo:

Uso dos recursos	Valor (R\$)
Investimentos em infraestrutura	6.345.967,29
Investimentos de inovação de P&D	10.153.547,67
Aquisições	28.345.320,58

- Os investimentos com desenvolvimento de softwares e representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos projetos e atualização dos sistemas atuais.

As fontes de financiamentos para o orçamento de capital da Linx S.A. para o exercício de 2018 serão:

Fonte dos recursos	Valor (R\$)
Reserva de lucros	44.844.835,55

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há outras informações que a Companhia entenda ser relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Linx S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento da receita de serviços de implementação e personalização

As receitas de serviços de implementação e personalização de softwares são reconhecidos no resultado em função de sua realização, conforme descrito na Nota Explicativa 19. A Companhia realiza a mensuração dos serviços prestados através do estágio de conclusão dos projetos, que são controlados pelos débitos de horas dos profissionais nos respectivos projetos.

Como este procedimento envolve controles manuais e julgamento para definição do estágio de conclusão dos projetos que podem impactar o valor do contas a receber e receitas relacionados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados com o reconhecimento de receita de serviços de implementação e personalização incluíram, entre outros:

- Realizamos indagações, entrevistas e questionários para uma amostra de profissionais que atuaram nos projetos considerados pela Companhia no reconhecimento da receita;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

•Efetuamos o entendimento e avaliação dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao reconhecimento de receita de serviços de implementação e personalização, tendo sido identificadas deficiências no desenho e na operação destes controles internos associados à determinação do estágio de conclusão dos projetos.

Adicionalmente realizamos testes documentais próximo do fechamento contábil anual ("teste de corte da receita") através do confronto entre notas fiscais emitidas, relatório de débitos de horas dos profissionais nos projetos e aceite do cliente, para avaliação dos critérios utilizados pela Companhia no reconhecimento da receita de serviços. Como resultado desse procedimento, identificamos um ajuste indicando a necessidade de complemento nos saldos de receita diferida de certas subsidiárias, o qual não foi registrado pela Administração da Companhia dada sua imaterialidade em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto;

As deficiências na operação dos controles internos de certas subsidiárias da Companhia relativos à mensuração da receita de serviços de implementação e personalização que resultaram no ajuste de auditoria acima mencionado, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes ao contas a receber e as receitas. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da da receita de serviços de implementação e personalização, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de custos de desenvolvimento de software

A Companhia realiza o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados para os seus clientes atuais e novos clientes potenciais. Os gastos com mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis ao desenvolvimento desses produtos são capitalizados como um intangível pela Companhia, conforme Nota Explicativa 12.

A capitalização é realizada pela Companhia, somente quando todos os seguintes elementos, definidos pelas práticas contábeis do Brasil estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento envolvido na determinação dos gastos que serão capitalizados pela Companhia, que deverá demonstrar que os critérios estabelecidos para capitalização de custos de desenvolvimentos de software foram atendidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a capitalização de custos de desenvolvimento de software incluíram, entre outros:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de capitalização de custos de desenvolvimento de software;
- Selecionamos uma amostra de projetos e analisamos os planos de negócios desses projetos, bem como suas fases de execução (pesquisa, desenvolvimentos e comercialização);
- Selecionamos uma amostra de projetos e verificamos a viabilidade técnica de cada projeto, intenção da Companhia com o ativo (venda ou uso) e sua viabilidade financeira, além de, realizar indagações e entrevistas com os responsáveis dos projetos capitalizados para entendimento da viabilidade técnica;
- Realizamos testes documentais, onde analisamos os débitos de horas dos profissionais e sua relação com os projetos que estão sendo capitalizados, além de realizar indagações e entrevistas com uma amostra de profissionais entendimento de sua atuação nesses projetos;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre as premissas consideradas na capitalização de custos e os montantes envolvidos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização de custos da Companhia derivadas para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável do ágio

A Companhia realizou aquisições de empresas em anos anteriores e no exercício que resultaram no reconhecimento de ágio por rentabilidade futura e que representam valores significativos em suas demonstrações financeiras, incluídos na Nota Explicativa 12. O valor recuperável desses ágios, por possuírem vida útil indefinida são testados anualmente pela Companhia para verificar se o valor recuperável é inferior ao valor contábil.

A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável do ágio podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a avaliação do valor recuperável do ágio incluíram, entre outros:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor recuperável do ágio;
- Envolvemos nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas nas projeções dos fluxos de caixas, incluindo taxas de crescimentos e de desconto, resultados projetados e margem de lucro comparando com informações macroeconômicas;
- Realizamos a comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com os respectivos valores contábeis dos ágios;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia das premissas consideradas nos cálculos de recuperabilidade dos ágio e os montantes envolvidos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Combinação de negócios

Durante o exercício de 2017, a Companhia adquiriu as empresas Syntesys Information Technology S.R.L, Sback Tecnologia da Informação LTDA e Percycle Serviços LTDA. As aquisições foram contabilizadas pela Companhia, considerando o método de aquisição e representaram valores significativos nas demonstrações financeiras, incluídos na Nota Explicativa 3.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na identificação e determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos além da magnitude dos montantes envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisições de empresas;
- Envolvemos nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia das combinações de negócio.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LINX S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo

os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possuía no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DA LINX S.A.

1. Disposições Institucionais e Regimentais

O Comitê de Auditoria da Linx S.A. é um órgão estatutário que atua no assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, composto atualmente pelo seu Coordenador, o Srº. João Cox e pelo Srº. Alberto Menache, ambos eleitos em 02 de maio de 2017 e em pleno exercício de seus respectivos mandatos.

2. Competência

O Comitê de Auditoria da Linx S.A., no seu Regimento Interno tem como suas principais atribuições acompanhar, avaliar e assegurar a operacionalização dos processos, a gestão da auditoria interna e externa dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de riscos do negócio, bem como zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nesse trabalho, o Comitê de Auditoria faz recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e sobre eventuais ações visando melhorias dos controles internos e redução de riscos.

À Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young"), empresa de auditoria externa, cabe assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Linx S.A., de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com a legislação societária e com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como a revisão dos controles internos e das áreas de riscos.

3. Conclusão e Principais Recomendações do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Linx S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, referentes ao exercício social compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Financeiras e Anuais 2017"), e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young, bem como a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2017 e aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2018, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

João Cox
Coordenador do Comitê de Auditoria

Alberto Menache
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.